

A interação verbal

Verbal interaction

Adriano Duarte Rodrigues

adrodrigues42@gmail.com

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este texto começa por mostrar 1) que o sentido daquilo que as pessoas dizem depende da natureza interacional do quadro enunciativo e não pode, por isso, ser explicado apenas pela análise das estruturas verbais; 2) que existe uma lógica própria do quadro enunciativo, constituída por regras, normas e constrangimentos específicos; 3) que esta lógica é constitutiva da sociabilidade. Procura depois mostrar a importância não só das componentes verbais das interações verbais, mas também das suas componentes prosódicas e das suas componentes extra-verbais, assim como assinalar a especificidade das suas diferentes modalidades, conversacionais, institucionais e mediáticas.

Palavras-chave: quadro enunciativo, conversação, interação verbal, lógica da sociabilidade, figuração.

Abstract

This paper will first attempt to show: 1) that the meaning of what people say depends on the interactional nature of the enunciative framework and cannot thus be explained solely through the analysis of verbal structures; 2) that there is a logic pertaining to the enunciative framework, made up by specific rules, norms and constraints; 3) that this particular logic is constitutive of sociability. Secondly, the paper will try to highlight the importance of both the verbal and the prosodic and non-verbal components of verbal interactions, as well as the specificity of their different conversational, institutional and mediatic modalities.

Keywords: enunciative framework, conversation, verbal interaction, logic of sociability, face working.

1. Introdução

A: O Senhor é casado?

B: Sou sim.

A: Muito bem. Tem filhos?

B: Sim, tenho dois meninos.

A: Ótimo. E animais?

B: Sim. Tenho um cão.

A: Que pena.

Este diálogo, apesar de ser sintaticamente correto e de ser considerado semanticamente inteligível por qualquer falante

da língua portuguesa, é estranho e aparentemente sem sentido, uma vez que não se percebe por que razão A diz que é pena que B tenha um cão. Podemos, no entanto, encontrar situações em que o seu sentido seja perfeitamente compreensível. Basta imaginar que A é proprietário de um apartamento em que não é permitido ter animais de estimação e B pretende alugar a A esse apartamento. Enunciados que têm sentido numa determinada situação, mas que não teriam sentido, que seriam ininteligíveis ou, pelo menos, enigmáticos fora dessa situação, ocorrem com muita frequência. Há até enunciados em que este fenómeno se observa sempre; é o caso dos enunciados que comportam expressões díticas. Assim, por exemplo,

enunciados como “já te disse que o teu irmão vem amanhã” ou “não é este livro, é aquele” querem dizer coisas muito diferentes cada vez que são ditas, em função de todo um conjunto de componentes que integram a situação enunciativa e, se não soubermos quem os diz, a quem são endereçados, o lugar e o momento da enunciação, embora sejam perfeitamente corretos do ponto de vista sintático, são enunciados enigmáticos, salvo evidentemente em casos como o que acontece aqui neste texto, como exemplos de enunciados enigmáticos.

Como a expressão “ter sentido” tem muitos sentidos, é importante explicitar desde já em que sentido a utilizei no parágrafo anterior. Empreguei-a como equivalente de ser razoável, de dotado de racionalidade ou, o que equivale ao mesmo, de poder ser explicado por razões compreensíveis por parte dos falantes de uma língua. Esta é uma primeira razão que faz com que muitas vezes seja indispensável ter em conta a interação que os falantes estabelecem entre si e com a atividade em que estão envolvidos para que as palavras que produzem ou que escutam possam ser consideradas razoáveis e, deste modo, as possam explicar, atribuir-lhes sentido. Deste ponto de vista, ter sentido para um enunciado equivale, não só a poder ser explicada a razão pela qual alguém o enunciou, mas também a poder ser encadeado com outros enunciados, tanto por parte de quem o enunciou, como da parte daqueles a quem foi endereçado. Tomo, por conseguinte, sentido de modo idêntico ao que queremos dizer quando, no código da estrada, se fala de sentidos obrigatórios, proibidos ou permitidos. Há enunciados que é obrigatório, proibido ou facultativo encadear com outros. Assim, por exemplo, não é permitido dizer “muito obrigado” a alguém que me disse “bom dia” e, se alguém o disser, não é entendido como tendo expressado o sentido de “obrigado”, mas eventualmente de uma brincadeira ou de não ter ouvido o que lhe foi dito.

Como estamos a ver, pretender compreender o sentido dos enunciados sem ter em conta a relação que os enunciadores estabelecem entre si quando falam uns com os outros equivale a uma abordagem autista da linguagem, a esquecer que a linguagem é o dispositivo da construção do nosso mundo comum. É o caso das teorias da linguagem que pretendem dar conta do seu sentido tomando apenas em consideração a estrutura sintática das formas linguísticas. Podemos compreender melhor que esta concepção da linguagem é autista, se tivermos em conta o forte desconforto ou o incómodo que sentimos quando somos apanhados “em flagrante delito” de falar sozinhos; quando isso acontece, tendemos a disfarçar de maneira a levarmos os outros a imaginar que temos um interlocutor escondido ou que não estamos a falar, mas, por exemplo, a cantar.

1.1. O que se entende por interação verbal

Damos o nome de interação verbal ou, se preferirmos, de interação discursiva ao conjunto das atividades que dois

ou mais seres humanos realizam em conjunto, por ocasião da ocorrência de um acontecimento provocado pela sua presença, no mesmo local e ao mesmo tempo, quando se identificam mútua e reciprocamente como parceiros da troca de palavras e estão voltados ou orientados para um mesmo foco de atenção.

Emile Durkheim (1858-1917), nas *Formas elementares da vida religiosa*, chamou a atenção para os efeitos provocados pela co-presença física dos seres humanos num mesmo local:

O simples fato da aglomeração age como um excitante excepcionalmente poderoso. Uma vez os indivíduos reunidos, liberta-se da sua aproximação uma espécie de eletricidade que os transporta rapidamente para um grau extraordinário de exaltação. Cada sentimento expresso vem repercutir-se sem resistência em todas essas consciências amplamente abertas às impressões externas: cada uma delas faz ecoar as outras e reciprocamente. O impulso inicial amplifica-se à medida que se vai repercutindo, como uma avalanche aumenta à medida que progride. (Durkheim, 1991, p. 380).

Este fenómeno, observado pelos antropólogos nas sociedades totémicas, que provoca uma força galvanizadora, desencadeia e acompanha nomeadamente os efeitos de massa dos rituais religiosos, manifesta-se igualmente, ainda que de maneira habitualmente menos espetacular, nos processos de interação em que ainda hoje continuamos a envolver-nos no decorrer da nossa vida quotidiana. Podemos facilmente dar-nos conta de que sempre que um ser humano encontra outro ser humano desencadeiam-se, no sistema nervoso central de ambos, influxos que produzem estímulos e respostas, provocando comportamentos específicos a que a troca verbal está associada.

George Herbert Mead chamou a atenção para o fato de idêntico processo ser desencadeado também no sistema nervoso de outros animais sempre que se encontram uns com os outros, provocando aquilo a que deu o nome sugestivo de “conversação de gestos”, manifestada em processos de coordenação, de ajuste progressivo, encadeando entre si comportamentos mutuamente orientados e dotados de reciprocidade:

O gesto é esta fase do ato individual a que dá lugar um ajustamento da parte de outros indivíduos no processo social do comportamento. (Mead, 1992, p. 46).

Nos seres humanos, este processo adquire uma dimensão simbólica específica, pelo fato de os gestos adotados por parte do agente não provocarem apenas respostas por parte dos outros, mas de serem dotados de reflexividade,

ao provocarem no próprio agente os mesmos efeitos que provocam nos outros. É esta reflexividade que caracteriza a troca verbal:

A linguagem é uma parte do comportamento social. Existe um número indefinido de signos ou de símbolos que podem servir o objetivo daquilo que designamos por “linguagem”. Estamos a ler o sentido da conduta de outras pessoas quando talvez elas nem tenham consciência disso. Existe algo que nos revela qual é o objetivo – um simples olhar, a atitude do corpo que provoca a resposta. A comunicação que se estabelece entre os indivíduos pode ser muito perfeita. A conversação por gestos pode continuar sem que possa ser traduzida em discurso articulado. (Mead, 1992, p. 13-14).

Quando um gesto significa a ideia que está por detrás dele e suscita essa ideia num outro indivíduo, então estamos perante um símbolo significante. No caso de uma luta de cães estamos perante um gesto que provoca uma resposta apropriada; no caso presente temos um símbolo que responde a um sentido na experiência de um primeiro indivíduo e que também provoca esse sentido no segundo indivíduo. Onde o gesto atinge esta situação converte-se naquilo que designamos por “linguagem”. É agora um símbolo significante e significa um determinado sentido. (Mead, 1992, p. 45-46).

Tomar em consideração estes processos de interação na constituição do sentido daquilo que dizemos obriga-nos a repensar as concepções habituais da linguagem, em particular a concepção saussuriana de significação, segundo a qual a significação poderia ser perfeitamente explicada como uma relação binária entre uma forma significante e o conceito ou a ideia que lhe está associada, de acordo com o código da língua que determinaria o conjunto das relações entre o significante e o significado. Deste modo, os seres humanos seriam dotados de competência linguística pelo fato de conhecerem o código da língua e de, por conseguinte, dominarem o conjunto das relações que a língua estabelece entre as formas significantes e os conceitos que lhes estariam associados. Esta maneira de ver, embora correta, é parcial, porque apenas dá conta de uma parte muito limitada da competência linguística, da componente mecânica regulada pelo código que estabelece a relação entre uma materialidade significante e o conceito que lhe está associado. O que ela ignora ou, pelo menos, secundariza é a parte não mecânica que caracteriza a natureza específica da linguagem humana, uma vez que se trata do comportamento que os seres humanos desencadeiam sempre que ocorre a presença de outros seres humanos que reconhecem como parceiros de relações de interação.

É duvidoso que um ser humano pudesse dominar perfeitamente a sua língua, possuir competência linguística sem saber quais as formas verbais apropriadas a cada uma das situações de interação com os outros falantes. Alguém que conhecesse perfeitamente as regras de uma língua, mas não soubesse em que circunstâncias e na presença de quem a utilizar não seria um falante dessa língua, mas uma espécie de papagaio que repetiria frases sintaticamente corretas, mas sem sentido, sem nexos e, por conseguinte, incompreensíveis. É por isso muito importante recordar que aquilo que os falantes produzem não são frases ou orações, não são construções gramaticais abstratas, mas enunciados, comportamentos verbais concretos, apropriados a cada ocorrência das diferentes situações interacionais em que se acham envolvidos ao longo da vida.

O objetivo do estudo das interações verbais e dos enunciados que ocorrem quando acontecem é, por isso, a descoberta da sua **apropriabilidade**, a identificação das normas que os falantes respeitam e dos condicionamentos a que se submetem, nas diferentes situações interacionais em que se envolvem.

A segunda componente da interação verbal é constituída pela atividade ou pelas atividades em que os participantes se envolvem quando se encontram. Toda a interação verbal envolve uma ou mais atividades realizadas em comum e que formam o foco de atenção dos que nela tomam parte.

Neste sentido, é importante recordar que os seres humanos não falam para expressar ideias ou sentimentos, mas para realizar determinadas atividades, incluindo a atividade de expressar ideias e sentimentos. Um dos autores que, de maneira mais clara, abordou a linguagem como uma atividade, como realização de atos de linguagem, foi John Austin (1911-1960), professor da Universidade de Oxford, embora já na Grécia antiga os estóicos tenham desenvolvido uma visão acional idêntica da linguagem. Nas conferências que fez na Universidade de Harvard, em 1956, e que seriam publicadas, em 1962, com o título sugestivo *How to Do Things with Words*, Austin distinguia três modalidades de atos de linguagem, os atos locutórios, os atos ilocutórios e os atos perlocutórios (Austin, 1962). Propôs, assim, uma visão acional da linguagem, considerando-a como a realização das três modalidades de atos seguintes:

a) dos atos de enunciar determinados sons, organizados segundo regras sintáticas e com determinada significação, a que deu o nome de *atos locutórios*;

b) dos atos realizados ao produzirmos os atos locutórios, como a pergunta que fazemos ao dizermos “que horas são?” ou a promessa que fazemos ao dizermos “prometo visitar-te na próxima semana”, *atos* a que deu o nome de *ilocutórios*;

c) dos atos que somos levados a produzir em nós ou nos outros pelo fato de realizarmos determinados atos ilocu-

tórios, como, por exemplo, a ameaça que provocamos pelo fato de produzirmos um ato ilocutório de aviso, *atos* a que Austin deu o nome de *perlocutórios*.

John Searle (1932-), professor de filosofia da linguagem da Universidade da Califórnia, tem dedicado uma parte importante da sua atividade a desenvolver a proposta de Austin. Entre os seus contributos para a compreensão acional da linguagem conta-se a averiguação das regras semânticas a que obedecem os atos ilocutórios (Searle, 1972) e a tentativa de identificação dos seus diferentes tipos (Searle, 1976), assim como uma explicação heurísticamente forte dos atos ilocutórios indirectos (Searle, 1975).

Embora os contributos de Austin e de Searle sejam valiosos para a compreensão da linguagem como atividade, não são suficientes para podermos entender o processo que permite averiguar efetivamente qual o ato de linguagem que um enunciado produz. Um enunciado aparentemente tão simples como “são oito horas” pode realizar uma grande diversidade de atos ilocutórios, tais como, por exemplo, o de dar uma informação horária, o de responder a uma pergunta do interlocutor, o de dar um aviso, o de fazer uma promessa ou uma ameaça. Se não tivermos em conta a natureza da interação que levou à sua enunciação, é impossível averiguar concretamente qual o ato de linguagem que ela produz efetivamente.

A interação verbal constitui, assim, o quadro, delimita as fronteiras de um mundo dentro do qual determinados enunciados têm um determinado sentido e fora dos quais teriam outros sentidos ou seriam inclusivamente desprovidos de qualquer sentido. É porque “são oito horas” é um enunciado produzido por um interlocutor na sequência da pergunta “que horas são?” que ele realiza o ato ilocutório de resposta. Mas suponhamos que se trate de um enunciado produzido no quadro de uma atividade programada para ocorrer às oito horas; neste caso não seria uma resposta, mas a realização de um ato ilocutório de aviso.

A interação verbal é, por isso, uma atividade realizada em conjunto por todos quantos nela tomam parte e não apenas pelo locutor. É uma certa visão reificada de locutor e de alocutário que é assim posta em causa, uma vez que todos os participantes numa interação verbal são igualmente locutores e alocutários, embora possam ocupar, à vez, os lugares de locutor e de alocutário. Também não é possível considerar o lugar de alocutário como um lugar passivo, não só porque a escuta daquilo que o locutor diz é uma autêntica atividade cognitiva, mas também porque é a consideração dessa escuta que leva o locutor a formular a sua intervenção da maneira como a formula.

Os estudos sobre a interação verbal dos últimos anos têm vindo a descobrir os complexos processos, tanto verbais, como para-verbais e extra-verbais, de interação discursiva que os falantes utilizam, mostrando claramente que todos os que nela tomam parte contribuem ativamente para o seu desenrolar.

Os interlocutores obedecem, segundo Erving Goffman (1987, p. 20 e ss.), a condicionamentos sistémicos e a condicionamentos rituais. Os primeiros têm como finalidade assegurar a interação verbal, fazendo com que cada um dos interactantes monitorize em permanência a atenção do outro e assinale ao outro que permanece empenhado no mesmo foco de atenção ou envolvido na mesma atividade comum. Os condicionamentos rituais, por seu lado, asseguram aquilo a que Goffman dava o nome de *figuração*, de *face working*, preservam e mantêm os territórios próprios de cada um dos interactantes, assim como a estima ou a imagem de cada um dos interactantes e, no caso de terem sido postos em causa ou perdidos, asseguram a sua recuperação.

2. A lógica da interação verbal

Apesar de parecerem aleatórios e espontâneos, os processos de interação verbal são regulados por uma lógica e por regras rigorosas. Temos hoje à nossa disposição duas formulações diferentes desta lógica, a que Marcel Mauss (1872-1950) apresentou pela primeira vez em 1923, ao descrever um conjunto de práticas rituais que se observam numa grande diversidade de culturas, a que podemos dar o nome de lógica da dádiva (LD), e a formulação que Paul Grice (1913-1988), professor de filosofia da linguagem na Universidade Oxford, apresentou de maneira sistemática em 1966, numa série de conferências na Universidade de Harvard, e que ficou conhecida pelo princípio de cooperação conversacional (PCC).

2.1. A lógica da dádiva (LD)

Num estudo a que deu o nome *Ensaio sobre a dádiva*, publicado pela primeira vez em dois números da revista *Année Sociologique*, em 1923 e em 1924, Marcel Mauss abordava todo um conjunto de práticas, muito generalizadas nas mais diversas culturas espalhadas por diferentes continentes e que, desde os finais do século XIX, tinham intrigado os antropólogos, o fato de “as trocas e a celebração de contratos se fazerem sob a forma de prendas ou de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos” (Mauss, 2008, p. 55). Apesar de aquilo que se troca e se dá como presente e de os parceiros dessas trocas variarem muito de cultura para cultura, de a maneira e de o ritmo dessas trocas serem muito diversificados, trata-se de práticas que possuem como características comuns o fato de regularem e de terem a ver com a totalidade da experiência, de servirem para fundar, consolidar e restabelecer os laços da sociabilidade e de obedecerem a uma lógica paradoxal.

As práticas a que Marcel Mauss se refere no *Ensaio* encontram-se em sociedades muito distantes, como o ates-

tam as trocas inter-tribais a que os habitantes das ilhas da Polinésia dão o nome de *kula*¹ e os presentes que os chefes das tribos indígenas da costa noroeste da América do Norte trocam entre si, por ocasião de longas e efusivas festividades a que dão o nome de *potlatch*. Mas o próprio autor mostrou que a mesma lógica a que obedecem o *kula* e o *potlatch* regula todo um conjunto de prestações nas nossas próprias sociedades, fundando a sociabilidade e as mais diversas formas de solidariedade nas comunidades humanas.

O que é notável nestas práticas é o fato de serem, ao mesmo tempo, obrigatórias e livres, uma vez que tanto a recusa como a manifestação da sua obrigatoriedade acarretam consequências nefastas por serem comportamentos entendidos como manifestação de hostilidade que podem levar inclusivamente ao desencadeamento da guerra:

A obrigação de dar é a essência do potlatch. [...] A obrigação de receber não é menos constrangedora. Não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o potlatch. [...] A obrigação de retribuir é todo o potlatch na medida em que ele não consiste em pura destruição. (Mauss, 2008, p. 112-117).

Uma vez que a retribuição é também uma dádiva, esta prática torna-se um processo indefinidamente relançado e, como a retribuição deve ser generosa, com uma contradádiva mais valiosa do que a dádiva de que se foi beneficiário e que se retribui, trata-se de uma prática paroxística, por revestir a forma de uma verdadeira competição. Nas sociedades em que desempenha um papel central, ao fim de algum tempo, leva inevitavelmente ao completo despojamento dos que nela tomam parte.

Tanto o *potlatch* norte-americano, como o *kula* das Ilhas da Polinésia são práticas que ocorrem por ocasião de festividades dotadas de grande efervescência, durante as quais se estabelecem as alianças entre as famílias e as tribos, assim como se convocam e veneram os antepassados. Apresentam, por isso, ao mesmo tempo, uma dimensão religiosa, familiar, política e económica, razão pela qual Mauss as considera como uma instituição ou fenómeno social total:

Nestes fenómenos sociais “totais”, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo, económicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, de prestação e distribuição; sem contar os fenómenos estéticos a que estes fatos vão dar e os fenómenos morfológicos que manifestam estas instituições. (Mauss, 2008, p. 55).

É precisamente esta mesma lógica paradoxal que regula a interação discursiva. Tal como o *kula* e o *potlatch*, sempre que dois ou mais seres humanos se encontram tendem a trocar entre si a palavra, impelidos por um imperativo vivido, ao mesmo tempo, como livre e como obrigatório. É por isso que tanto a recusa de dirigir a palavra a alguém, como manifestar que se dirige a palavra a alguém porque se é obrigado a fazê-lo acarretam consequências nefastas para a constituição dos laços de sociabilidade, equivalendo efetivamente à abertura de hostilidades ou, como costumamos dizer, a um corte de relações.

Como vimos, o *potlatch* tal como o *kula* fazem parte de uma instituição formada por uma cadeia interminável de trocas recíprocas, cada parceiro sendo, ao mesmo tempo e à vez, credor em relação a determinados parceiros e devedor em relação a outros, deste modo constituindo relações de aliança que se fundamentam no **reconhecimento** recíproco e mútuo

- do duplo estatuto de destinador e de destinatário de cada um dos parceiros da troca;
- da transitividade dos lugares ocupados por cada parceiro no decurso do fluxo formado pela circulação dos bens;
- da competência interacional de cada um dos parceiros da troca.

É porque este tríplice reconhecimento assegura os laços de aliança entre parceiros de troca, dotados deste tríplice reconhecimento, que a recusa de dar, de receber ou de retribuir equivale a uma recusa de aliança, a uma manifestação de inimizade e até mesmo ao desencadear de hostilidades. Aquele que recusar entrar no fluxo desta troca generalizada ostenta o não reconhecimento dos outros como parceiros de troca, o que equivale ao seu não reconhecimento como seres humanos. Só o confronto e a violência permitem, nestes casos, a reparação da afronta e da violação dos laços de aliança, resultante dessa recusa, assim como o restabelecimento desses laços, no caso de terem sido cortados ou enfraquecidos.

Mauss via na prática do *potlatch* a instituição social por excelência, visto produzir, reforçar e restabelecer vínculos, fundados, não na ordem da natureza, mas na lógica arbitrária e paradoxal da aliança entre comunidades e entre segmentos diferentes da comunidade. Não é, aliás, por acaso que, nas sociedades exogâmicas, o casamento, a instituição fundadora das relações de aliança por excelência, oferece uma das ocasiões mais frequentes de *potlatch*, de que a instituição do dote e o hábito, ainda hoje indiscutível no seio das nossas sociedades, de presentear os noivos são sobrevivências evidentes.

Como a propósito observou Claude Lévi-Strauss, as sociedades em que o *potlatch* ocupa um lugar fundamental

¹ Podemos ler a descrição do *kula* em Malinowski, 1989.

na organização das relações sociais não fazem mais que reproduzir, no domínio da troca de bens e das mulheres, a mesma lógica que preside à troca de palavras, no domínio da prática discursiva.

Em qualquer sociedade, a comunicação opera pelo menos a três níveis: comunicação das mulheres; comunicação dos bens e dos serviços; comunicação das mensagens. Por conseguinte, o estudo do sistema de parentesco, o do sistema económico e o do sistema linguístico oferecem certas analogias. (Lévi-Strauss, 1971, p. 326).

Esta analogia já estava afirmada explicitamente, no prefácio que Lévi-Strauss escrevera à edição da obra de Marcel Mauss, organizada em 1950 por Georges Gurvitch:

Em certos domínios essenciais, como o do parentesco, a analogia com a linguagem, afirmada de maneira tão firme por Marcel Mauss, permitiu descobrir as regras precisas segundo as quais se formam, em qualquer tipo de sociedade, ciclos de reciprocidade cujas leis mecânicas são doravante conhecidas, permitindo a utilização de um raciocínio dedutivo num domínio que parecia submetido à mais completa arbitrariedade. (Mauss, 1995, p. XXXVI).

A circulação das palavras obedece à mesma lógica de reconhecimento do duplo estatuto dos parceiros, da transitividade dos lugares e da competência interacional que caracteriza a prática do *potlatch*. Vamos encontrar na prática discursiva a mesma ambivalência entre a obrigação e a liberdade de falar ou de calar, assim como a mesma forma contratual implícita que une entre si os parceiros da troca verbal. Tal como a recusa de dar, de receber e de retribuir presentes, assim também a recusa de dirigir a palavra, de escutar ou de responder à palavra de outrem pode constituir uma ofensa temível, de que o corte de relações é a manifestação mais evidente, uma vez que se trata de manifestações de recusa de reconhecimento do outro como parceiro da interação verbal, da interlocução, o que equivale simbolicamente à sua exclusão do mundo dos homens.

É porque a prática discursiva obedece à mesma lógica do *potlatch* que o fluxo dos discursos fundamenta a sociabilidade. Por ocasião da troca de palavras, os interlocutores são obrigados a encadear enunciados que vão num determinado sentido mutuamente aceite de maneira implícita pelos interlocutores, devendo prestar o seu contributo para a evolução da conversa, tal como no *potlatch* aquele que recebeu um presente é obrigado a retribuir generosamente, em função do reconhecimento implícito do laço criado pelo presente recebido.

Mas há ainda uma outra prova de que a conversação obedece à mesma lógica que encontramos no *potlatch* e

que é regida por esta obrigação livremente consentida de encadear enunciados que vão num determinado sentido mutuamente aceite pelos interlocutores. Refiro-me à instituição do tabu que atinge a palavra solitária, não endereçada, tabu que Goffman assimilava à interdição do incesto e ao onanismo:

Falar sozinho poderia parecer uma espécie de perversão, uma forma de narcisismo linguístico. O solitário que encontra prazer em falar para si próprio tem tanto menos necessidade da companhia dos outros; não tem que partir à procura de parceiros conversacionais, em detrimento geral da vida social. No outro tipo de relações, um tal consumo a domicílio chama-se incesto ou onanismo. (Goffman, 1987, p. 87).

Ser apanhado a falar sozinho é, de fato, considerado habitualmente sintoma de desequilíbrio mental, comportamento que o falante tende a disfarçar, quando se sente observado, como se fosse apanhado em flagrante delito. A repetição de comportamentos desta natureza denota, por conseguinte, alguma deficiência psíquica e insuficiente controlo das faculdades mentais. Falar sozinho é considerado um comportamento antissocial, uma transgressão das regras da sociabilidade, não aceitar e não responder à palavra que nos foi endereçada equivale a eximir-se à obrigação da troca de presentes, na instituição do *potlatch*.

2.2. A lógica do princípio de cooperação conversacional (PCC)

Em 1966, Paul Grice justificou o fato de muitas vezes não quisermos dizer aquilo que as palavras que utilizamos significam com o fato de a racionalidade das nossas palavras não obedecer aos princípios da lógica standard, nomeadamente ao princípio de não contradição, mas a uma lógica específica que obedece a um princípio a que deu o nome de princípio de cooperação conversacional (PCC).

De acordo com o PCC, supõe-se que os falantes obedecem ao seguinte princípio:

[...] faça com que o seu contributo conversacional seja tal como o que é requerido, no momento em que ocorre, pelo objetivo ou pela orientação aceite da conversa em que está envolvido. (Grice apud Martinich, 2001, p. 167).

É esta a formulação que Grice propõe para o que designou o *Cooperative Principle*. Para que sejam considerados cooperantes, supõe-se que os interlocutores respeitem as máximas da quantidade da informação, da qualidade da informação, da relação e do modo. De acordo com a máxima da quantidade, o seu contributo deve prestar

toda a informação requerida e não mais do que aquela que é requerida. De acordo com a máxima da qualidade, a informação prestada deve ser entendida como aquela que consideram ser verdadeira ou acerca da qual têm suficiente evidência. Segundo a máxima da relação, o seu contributo deve ser relevante e ter a ver com aquilo que está em questão no momento em que intervêm. Segundo a máxima do modo, a sua intervenção deve ser conspícua, apresentar a sua informação de maneira organizada e ordenada.

Mas Grice fez notar que o PCC e as máximas que lhe estão associadas não são propriamente imperativos morais, mas princípios lógicos que os falantes exploram. É precisamente da exploração ou do jogo com as máximas conversacionais que resultam os sentidos implícitos dos enunciados ou, para utilizarmos o termo proposto pelo autor, as implicaturas. Se observarmos com atenção, verificamos que, apesar de estes sentidos serem diferentes daquilo que as expressões linguísticas significam literalmente e de serem, por vezes, opostos ao que elas querem dizer, correspondem, na grande maioria dos casos, aos sentidos dos enunciados que produzimos e escutamos nos processos de interação verbal em que nos envolvemos ao longo da vida quotidiana. Assim, por exemplo, ao dizermos “que lindo dia!”, quando chove torrencialmente, dizemos, a um primeiro nível, o que é manifestamente falso, o que equivale a produzirmos a implicatura do oposto daquilo que o nosso enunciado significa literalmente, o que equivale a produzirmos um enunciado irónico.

Grice distinguia as implicaturas generalizadas e as implicaturas particularizadas. As primeiras produzem-se em todas as circunstâncias de interação verbal. É o caso do enunciado “o João tem três filhos” que implícita sempre, em virtude da máxima da quantidade, que o João tem apenas três filhos. As implicaturas particularizadas são as que dependem das circunstâncias particulares em que ocorre a interação verbal, como no exemplo do enunciado “que lindo dia!”, que só implícita ironicamente o contrário do que significa literalmente na circunstância particular de ser pronunciado num dia de temporal.

3. As interações verbais como processos constitutivos da sociabilidade

A interação verbal é constitutiva da sociabilidade, antes de mais, pelo fato de ser uma atividade desencadeada pela presença física de dois ou mais pessoas, dessa presença decorrendo para os que nela tomam parte o estatuto de participantes. É porque a presença física é o fator fundamental da prática discursiva que todas as modalidades de prática discursiva têm na atividade conversacional o seu

modelo e o seu fundamento. Em qualquer das modalidades discursivas que utilizem dispositivos mediáticos destinados a substituir, total ou parcialmente, a presença física dos interactantes, como por exemplo nas interações epistolares, telefónicas, radiofónicas, televisivas ou electrónicas, na escrita e na leitura de obras literárias ou de qualquer outra modalidade de discurso escrito, as pessoas só podem entender o sentido daquilo que escrevem ou leem porque pressupõem ou imaginam a presença física dos seus interlocutores. Como veremos mais adiante, cada uma dessas modalidades mediatizadas de prática discursiva depende de dispositivos técnicos que seleccionam algumas das dimensões da presença física envolvidas na atividade de interação discursiva face a face e contam com a imaginação dos interactantes para suprir as outras dimensões.

Como já vimos, a presença física produz nos participantes um grau variável de energia emocional e desempenha, por isso, o papel fundamental de constituição da sociabilidade. A energia emocional provocada pela presença física manifesta-se nas marcas, tanto verbais, como para-verbais ou prosódicas e extra-verbais, das intervenções dos participantes.

Os seres humanos são dotados de um sistema nervoso que os predispõe a uma reação emocional específica provocada pela presença física dos outros seres humanos. A gestão dessa predisposição explica o fato de tenderem a adotar processos de interssincronização ao longo do desenrolar da interação verbal. O funcionamento destes processos depende da reação emocional desencadeada pela presença física dos participantes, do grau de investimento emocional nessa presença.

Quanto maior for o grau de energia emocional investida pelos participantes, mais animada e gratificante é a interação verbal e mais perfeitos são os processos de interssincronização das intervenções dos participantes. Por seu lado, quanto menor for o grau de energia emocional investida, mais aborrecida e monótona é a interação verbal e mais deficientes ou negativos são os processos de interssincronização das intervenções dos participantes². Sem se dar conta, cada um dos participantes tende a ajustar às expressões dos outros, tanto positiva como negativamente, não só as expressões verbais das suas intervenções, mas também os elementos prosódicos, tais como o ritmo, a entoação e o débito das suas intervenções, assim como os processos quinésicos e as expressões mímico-posturais. Podemos, por isso, a propósito falar de uma espécie de contágio da energia emocional do investimento dos diferentes participantes no mesmo foco de atenção comum. No caso de interações verbais com um elevado grau de energia emocional investida, os processos de interssincronização tendem a ser perfeitamente ajustados e regulados. A atividade em que

² O estudo sistemático dos processos de interssincronização será apresentado mais à frente.

estão envolvidos é animada e gratificante, apresentando os comportamentos a aparência de uma coreografia perfeitamente regulada. Por seu lado, quando a energia emocional investida é diminuta, os processos de interssincronização são desajustados e desconexos, a interação entre eles é decepcionante, com a consequente sensação de enfado e de aborrecimento.

O fator principal do investimento emocional dos participantes nas interações verbais é o reconhecimento mútuo e recíproco dos mesmos focos de atenção, convertidos em objetos simbolicamente marcados. É a falta deste reconhecimento dos mesmos focos de atenção como simbolicamente marcantes que explica as interações verbais desinteressantes, não conseguindo os participantes sincronizar as suas intervenções, com a consequente sensação de perda de tempo e de aborrecimento.

Um dos efeitos mais notáveis dos processos de interssincronização das intervenções é, por um lado, o de pertença dos participantes a um mesmo mundo intersubjetivo, o reconhecimento da sua qualidade de membro ou de pertença a esse mundo comum e, por outro lado, o de exclusão dos outros, dos que, não reconhecendo os mesmos objetos simbolicamente marcados pelos mesmos focos de atenção ou de interesse, não se identificam com o mesmo mundo intersubjetivo e não se consideram por isso como seus membros. É evidentemente esta ambivalência que define a natureza simbólica das marcas em que os participantes investem a sua energia emocional.

Os processos de interssincronização que permeiam a interação verbal representam, por isso, formas rituais destinadas a produzir, a manter, a reforçar e a restabelecer laços sociais de solidariedade. A interação verbal bem-sucedida, em que os processos de interssincronização entre os participantes funcionam de maneira bem regulada, desempenha, por conseguinte, esta função ritual de constituição de uma comunidade, em torno do reconhecimento do mesmo mundo vivido e da identidade de membro de uma mesma comunidade de vida.

De entre as diferentes marcas simbólicas dos processos de interssincronização merecem particular relevo as formas de tratamento. Ninguém fica indiferente quando ouve alguém chamar pelo seu nome próprio, e o emprego de formas de tratamento ao longo da conversa assume uma função ritual particular. A permanência do mesmo nome com que os outros nos interpelam é uma forma de reconhecimento da nossa identidade, apesar das mudanças produzidas pela historicidade da existência humana:

Os rituais de endereço pelo nome pessoal são uma versão dos símbolos que são utilizados para prolongar a categoria de membro de uma situação para a outra. Ilustram também o ponto de que o maior grau de memória simbólica e de prolongamento da qualidade de membro é conetado com um maior grau de

identificação pessoal com estes símbolos. Para uma pessoa moderna ocidental, não há em geral nada mais intensamente pessoal do que o seu próprio nome. Mas como mostram as comparações intersociais, não há nada de inerente nem de natural na identificação de nós próprios e dos outros como indivíduos únicos; é antes o fluxo progressivo dos rituais cotidianos de chamar pelo nome que mantém estas identidades ao mesmo tempo como as nossas e como as dos outros. (Collins, 2004, p. 84).

Os processos de nominalização das datas, tais como “o 25 de Abril”, “o 5 de Outubro”, “o 11 de Setembro”, são outras formas rituais de produção de fortes marcas simbólicas que dão conta do reconhecimento e da identidade dos membros de um mesmo mundo intersubjetivo, dos que, reconhecendo a natureza simbólica dessas datas, atribuem uma espessura emocional forte à memória dos acontecimentos que elas representam.

A referência a pessoas e a situações conhecidas pelos participantes é uma terceira categoria de formas rituais de produção simbólica. Não admira que ocorra sobretudo no início e no fim das conversas, nas sequências mais ritualizadas. Perguntar pela saúde de familiares ou amigos, mostrar interesse pelo desenrolar de um acontecimento particularmente marcante para a vida pessoal, familiar ou profissional dos participantes são exemplos notáveis deste processo.

Seria, no entanto, redutor restringir estes processos rituais à produção de marcas simbólicas positivas. A referência a pessoas ausentes para sublinhar a sua má conduta ou para as criticar, no caso das conversas maledicentes, é um processo ritual que visa idêntico resultado, o de produzir marcas simbólicas da pertença dos participantes a um mesmo mundo intersubjetivo, através da sua demarcação em relação a essas pessoas que os participantes se empenham em excluir do seu mundo. Trata-se de um processo ritual particularmente eficiente, uma vez que estreita a cumplicidade dos participantes em torno de marcas tanto mais fortes quanto mais acentuam a sua qualidade de membros de uma comunidade da qual as pessoas criticadas são excluídas. Daí a tendência para a produção de um crescendo, ao longo das interações verbais, das marcas maledicentes das intervenções, a que se poderia aplicar o ditado popular: “Um diz mata, o outro esfolá”. Esta função simbólica identitária das interações verbais maledicentes torna-se evidente se tivermos em conta o fato de a não aceitação das críticas formuladas por parte de algum dos participantes provocar inevitavelmente a rotura dos processos de interssincronização, com a consequente exclusão desses participantes. Os participantes que se demarcam das intervenções maledicentes dos outros excluem-se e são excluídos da interação conversacional, são postos literalmente à margem da conversa. Eles próprios se automarginalizam,

pelo fato de não reconhecerem como indiscutíveis as marcas do mundo intersubjetivo comum e de se recusarem a investir nelas a sua energia emocional. De maneira geral, o não reconhecimento e a recusa das mesmas marcas simbólicas são objeto de sanções simbólicas, tais como a irritação de que uma pessoa é alvo por parte dos outros participantes e o fim da sua qualidade de participante, de membro do mundo comum.

Idêntico processo de exclusão se verifica nos casos em que um dos participantes recusa investir a sua energia emocional e sincronizar as suas intervenções com as intervenções festivas e jocosas dos outros participantes ou quando produz intervenções racionalizantes que explicitam os próprios processos de intersincronização utilizados pelos outros participantes, processos que é suposto serem mantidos implícitos para poderem produzir o seu efeito específico de constituição dos laços sociais de solidariedade.

Podemos considerar a exclusão provocada pelo não reconhecimento das mesmas marcas simbólicas e a não identificação com os mesmos objectos de investimento como processo de dessacralização. Este processo é, por isso, objeto de sanções simbólicas destinadas quer a assegurar a exclusão dos que os manifestam, quer a restabelecer a ordem simbólica violada.

A energia emocional é dotada de uma racionalidade específica e situa-se a montante e a jusante dos outros domínios da experiência do mundo. É ela que dá sentido ao investimento nos outros domínios, nos domínios profissionais, políticos, intelectuais ou culturais. Dela retiram os participantes na atividade conversacional a força suficiente para prosseguirem e aumentarem o seu investimento e a sua dedicação noutras atividades. Assim, um elevado grau de energia emocional investido nas interações que alguém estabelece com os outros fomenta o reconhecimento que gera a auto-estima indispensável para o seu envolvimento nas outras atividades, ao passo que um diminuto grau ou ausência de energia emocional está associado à falta de reconhecimento e à falta de consideração que desencorajam o envolvimento nas outras atividades. Por seu lado, do envolvimento nos diferentes domínios da experiência retira o ser humano a energia emocional que investe nas interações que estabelece com os outros.

É esta relação da interação conversacional com os diferentes domínios da experiência que confere racionalidade à energia emocional investida nas suas marcas simbólicas. Podemos, assim, considerar a interação verbal como um mercado em que cada um dos participantes negocia o capital simbólico de que é detentor, formado pelo conjunto das suas marcas dotadas de um determinado grau de energia emocional³. O capital simbólico é assim identificado,

trocado, partilhado e, nesse processo, cada um dos participantes tanto pode vê-lo aumentado ou acrescido pelo seu reconhecimento por parte dos outros participantes, como pode vê-lo diminuído e perdido em virtude do seu não reconhecimento. De acordo com esta metáfora económica, a interação verbal é uma espécie de mercado de valores que ora valoriza, ora desvaloriza a cotação das marcas simbólicas de que cada um dos participantes é detentor. A este processo correspondem, respectivamente, o sentimento de satisfação ou de gratificação e o sentimento de frustração ou de desânimo, provocados pelas interações verbais em que os seres humanos se envolvem ao longo da sua vida.

Podemos procurar estabelecer uma relação entre o mercado do capital económico e o mercado do capital simbólico. Nas nossas sociedades, a riqueza económica pode contribuir para o aumento do capital simbólico. No entanto, habitualmente é a satisfação proporcionada pelos processos de interação em que nos envolvemos que confere a energia indispensável para suportarmos o esforço exigido pela procura da riqueza, assim como é a satisfação proporcionada pela energia emocional que visamos com o aumento dos bens económicos. A falta de reconhecimento por parte daqueles com quem nos relacionamos acaba por retirar às atividades que realizamos nos outros domínios da nossa experiência a tonicidade emocional suficiente para as podermos desempenhar de maneira gratificante e eficaz.

Além de ser de natureza gradativa, o capital simbólico é desigualmente repartido. Esta característica faz com que os participantes nem sempre invistam o mesmo grau de energia emocional nas interações verbais em que se envolvem.

4. As componentes da interação verbal

Nas interações verbais estão envolvidos comportamentos não só verbais, mas também para-verbais, tais como a entoação, o timbre da voz, a intensidade, a altura e débito, particularidades de pronúncia, características da voz, e extra-verbais, tais como os olhares, a postura, os gestos, a mímica, os sorrisos.

Apesar de os elementos para-verbais e extra-verbais serem direta e imediatamente manifestos no caso das interações face a face, também são representados simbolicamente nas modalidades mediatizadas de interação verbal, como no caso das conversações telefónicas, ou no caso das interações epistolares ou eletrónicas, através de marcadores gráficos que, de algum modo, as representam.

O conjunto das manifestações materiais das intervenções dos participantes forma a materialidade expressiva dos enunciados, o resultado ou o produto da atividade enunciativa ou da enunciação. Para uma melhor compre-

³ Retomo esta noção de capital simbólico da obra de Pierre Bourdieu, 1977.

ensão do que entendemos aqui por enunciado, começarei por distinguir esta noção de duas noções com que, por vezes, é erradamente confundida, as noções de frase ou de oração e de proposição.

Uma frase ou uma oração é uma unidade gramatical, a mais pequena unidade necessária para a realização de uma estrutura sintática. Para termos uma frase é necessário e suficiente ter um elemento que ocupe o lugar de sujeito e um elemento que ocupe o lugar de predicado, como, por exemplo, “o homem é um ser racional”, “esta parede é branca”. A questão que podemos colocar a propósito de uma frase é a de saber se está corretamente construída, tendo em conta as regras que regem a articulação de um sujeito com um predicado, tais como as regras de concordância em género e número do predicado com o sujeito. É claro que nem todas as frases são simples, podendo haver frases que apresentem expansões, quer do sujeito, quer do predicado, quer de ambos os elementos, mas em todos os casos a questão a que a frase responde é a de saber se obedece às regras sintáticas que regulam a articulação entre os seus elementos.

Por seu lado, uma proposição é a mais pequena unidade lógica, acerca da qual a questão que se coloca é a de saber se obedece às regras lógicas que tornam possível averiguar se aquilo que afirma pode ser posto à prova da sua adequação à realidade. Podemos expressar uma proposição através de uma frase, mas ao encará-la como uma proposição não é a questão da sua conformidade com as regras sintáticas que colocamos, mas a de saber se respeita as regras lógicas. Vejamos o exemplo: “Os meus pensamentos são vermelhos”. Este conjunto de palavras está corretamente formulado do ponto de vista das regras da gramática da língua portuguesa; é uma frase gramaticalmente correta. Mas enquanto proposição dificilmente poderá ser submetida a uma análise lógica, pelo simples fato de predicar do sujeito “os meus pensamentos” propriedades cromáticas que não entram na compreensão desse sujeito, que o sujeito “os meus pensamentos” não pode logicamente compreender. É claro que o lógico poderá entender o que esta frase quer dizer, mas para isso terá que transformar esta frase para encontrar eventualmente a proposição logicamente correta que ela substitui, poética ou metaforicamente.

Um enunciado não é uma frase ou uma oração nem é uma proposição, mas o resultado da atividade enunciativa; é aquilo que um falante produz quando fala. Pode evidentemente produzir frases que tenham um determinado conteúdo proposicional, mas as frases e as proposições produzidas adquirem características próprias, pelo fato de terem sido enunciadas, nomeadamente

- a referência a um determinado estado de coisas singular;
- um sentido único e irrepitível, decorrente do quadro enunciativo em que se inserem;
- efeitos ilocutórios decorrentes da realização concreta, por parte do processo de enunciação, de determinados atos de linguagem.

Assim, por exemplo, o enunciado “as paredes da minha casa são brancas” dirigido a alguém que pergunta de que cor são as paredes da minha casa não é apenas uma frase que articula corretamente um sujeito com um predicado, nem a predicação da propriedade da *brancura* de “as paredes da minha casa”, porque não foi com o objetivo de articular um sujeito com um predicado nem de predicar o que quer que seja desta parede que eu o formulei. Na minha boca e nas circunstâncias indicadas adquire o estatuto de um enunciado, isto é, torna-se a realização da resposta, na sequência da pergunta que me foi feita acerca da cor das paredes da minha casa, no momento em que ele me faz essa pergunta. A identificação de quem faz a pergunta, da pessoa a quem a pergunta é feita, das paredes a que “as paredes da minha casa” se refere, a realização dos atos ilocutórios de fazer uma pergunta e de dar uma resposta, o sentido ou a razão pela qual o meu interlocutor me faz a pergunta e a razão que me leva a dar-lhe a resposta são por isso componentes que não entram na noção de frase nem na de proposição, mas que são indissociáveis da noção de enunciado. Acerca do enunciado não nos colocamos a questão de saber se a frase que eventualmente o integra está corretamente bem formada do ponto de vista das regras sintáticas ou da gramática da língua, nem a questão de saber se é logicamente correta, se obedece às condições de verdade. A questão é a de saber qual o quadro enunciativo em que se situa e qual o sentido que retira dessa situação ou, por outras palavras, o que é que o seu enunciador quer dizer e quais as razões que o levaram a dizer aquilo que diz da maneira como o diz e de o endereçar em determinado local e em determinado momento a quem o endereçou.

É preciso ainda reconhecer que nem sempre o enunciado contém frases e proposições, porque, além de poder conter expressões verbais que não são frases nem proposições, tais como “estou!”, “está?!”, “hein?!”, “ok”, “tá bem”, “sim, sim”, “uhm, uhm!”, “bravo!”, “excelente!”, “que pena!”, “quem diria!”, “alô”, contém elementos para-verbais, de natureza prosódica, e elementos extra-verbais, de natureza mímico-postural. As componentes para-verbais, tais como a entoação, o débito ou o ritmo da dicção, e extra-verbais, tais como a postura e os gestos, são inseparáveis do enunciado, como podemos dar-nos conta observando o que acontece quando alguém se esforça por eliminá-las da sua fala. Não só dificilmente conseguirá eliminá-las, como a simples eliminação de algumas dessas componentes faz com que aquilo que diz se torne estranho e até incompreensível.

5. As interações discursivas como trabalho de figuração

Quase todos os autores que têm dedicado alguma atenção às interações discursivas reconhecem o valor

heurístico da noção de figuração, de face working, proposta por Erving Goffman (1974) e reelaborada por Brown & Levinson (1987).

Goffman (1974, p. 9-42; 1987, p. 20 e ss.) chamava a atenção para o fato de, nas interações verbais em que estão envolvidos, os interlocutores estarem constantemente empenhados em proteger o seu território próprio e o território do(s) seu(s) interlocutor(es), assim como em salvaguardar a sua face própria assim como a face do(s) seu(s) interlocutores, jogando em permanência com estratégias que visem tanto preservá-los, como evitar qualquer intervenção que os possa pôr em causa. “Fazer boa figura”, “fazer má figura” ou “fazer triste figura”, “perder a face”, “dar a cara”, “vamos ver a cara que ele (ela) faz quando lhe disser” são algumas expressões populares que dão conta do valor da face nas interações verbais, das estratégias que constituem aquilo a que Goffman dá o nome de *face working*, noção que podemos traduzir por figuração (Rodrigues, 2003, p. 136, 154, 205).

A figuração consiste, assim, por um lado, em evitar os atos que ameacem tanto a face própria e a dos seus interlocutores, como o território próprio e o dos seus interlocutores, *face threatening acts* (os FTA) e em realizar atos que os lisonjeiem, *face flattering acts* (os FFA). Qualquer interação verbal pode ser, por conseguinte, encarada ou analisada, deste ponto de vista, como FFAs e FTAs.

Para compreendermos este trabalho de figuração em que os interactantes se envolvem constantemente, temos que ter em conta que os seres humanos são uma espécie territorial, possuem um território próprio, delimitado por fronteiras relativamente estáveis, habitado por todo um conjunto de objetos e de seres que consideram como extensões ou prolongamentos do seu próprio corpo e que consideram invioláveis, impermeáveis ou inacessíveis à intrusão de estranhos. A maior ou menor extensão desse território depende da cultura a que pertencem e, dentro de cada cultura, do maior ou menor grau de formalidade da relação que estabelecem com os seus interlocutores. Mas em cada uma das suas interações verbais joga-se também a sua auto-estima, o seu brio e a sua honra, a sua face.

A potencial ameaça da ocorrência de eventuais FTAs para a integridade do território próprio e do território dos outros interactantes é esconjurada por estratégias específicas. A estas estratégias correspondem formas ritualizadas específicas (“tem(ns) um momento?”, “não (te) incomodo?”, “pode(s) falar?”). Por seu lado, a potencial ameaça da ocorrência de eventuais FTAs para a face própria e para a face de outros interactantes é esconjurada quer através dos rituais de evitamento (de falar de algo que é considerado incómodo para o interlocutor ou fraturante para o bom entendimento entre os interactantes), quer dos rituais de reparação sempre que essa ameaça ocorra (“disse isso para brincar”; “não leves a sério (a mal) o que disse”).

6. As diferentes modalidades de interação verbal

A conversação face a face é indiscutivelmente o modelo da interação verbal, uma vez que é nessa modalidade que os interactantes jogam com todas as suas componentes, podem em permanência monitorizar os condicionamentos sistémicos e jogar com os condicionamentos rituais. Nesta modalidade de interação verbal, os interactantes são mutuamente conhecidos.

Nas modalidades mediatizadas, tanto a monitorização dos condicionamentos sistémicos como o jogo com os condicionamentos rituais são sempre problemáticos, uma vez que os interactantes têm que suprir a(s) componente(s) que não é (são) mediatizada(s). Podemos, no entanto, distinguir as modalidades mediatizadas em que os interactantes podem ser definidos e conhecidos, como no caso das mediatizações epistolar, telefónica e eletrónica, e modalidades mediatizadas em que os interactantes podem ser indefinidos ou desconhecidos, como no caso da mediatização literária, radiofónica e televisiva.

Cada uma das modalidades mediatizadas de interação verbal exige da parte dos interactantes um trabalho de reconstrução imaginária das componentes da interação não mediatizadas, assim como a explicitação da referência das expressões díticas. Assim, no caso da interação telefónica, em que apenas a voz e eventuais outros elementos sonoros são mediatizados, os interactantes têm que suprir as componentes não-verbais da interação, jogando com os elementos prosódicos e com o trabalho da imaginação. Podemos considerar o caso da mediatização literária que exige, como sugere Umberto Eco, a elaboração por parte do autor de um leitor modelo e a construção imaginária por parte do leitor do autor assim como das eventuais componentes da interação verbal das personagens encenadas pela obra literária (Eco, 1983, p. 53-70; 1992, p. 33 e ss.).

A interação verbal eletrónica é hoje objeto de intensa discussão e uma temática atualmente muito estudada, devido à generalização de programas de conversação pela internet, como o *Messenger* ou o *Skype*, programas que visam mediatizar, de maneira cada vez mais realista, uma grande parte das componentes de interação verbal ausentes dos dispositivos de mediatização precedentes, criando, deste modo, um efeito de co-presença física dos interactantes que, como vimos, caracteriza a interação face a face. A discussão que estas interações mediatizadas levantam tem a ver com o pressuposto, a meu ver errado, de que a evolução dos dispositivos técnicos pode substituir completamente a experiência humana, tornando deste modo imperceptível a sua tecnicidade, isto é, a sua estrutura e o seu modo de funcionamento técnicos.

A atividade discursiva é muito diversificada, uma vez que se desenrola em quadros enunciativos diferentes. É por isso que, para a compreendermos e descrevermos as diferentes modalidades de interação discursiva, temos que ter em conta o que vimos acerca dos quadros enunciativos.

6.1 As modalidades espontâneas de interação verbal

As interações verbais em que os seres humanos se envolvem mais frequentemente são as que ocorrem, ao longo do dia, entre pessoas que se encontram por acaso ou nos ambientes habituais das suas atividades diárias. Damos o nome de espontânea a esta modalidade de interação discursiva. O que estas interações discursivas têm em comum é o facto de as instâncias enunciativas, tais como a identificação dos interactantes e as coordenadas de espaço e de tempo que delimitam as fronteiras do quadro enunciativo, serem manifestas para todos os interactantes e não precisarem, por conseguinte, de ser discursivamente explicitadas ou, se preferirem, de ser simbolicamente objetivadas. Seria muito estranho, a não ser que fosse por brincadeira, que as pessoas que falam entre si em casa, quando se encontram na rua, nos transportes públicos, no supermercado ou no local de trabalho dissessem a data, o local e outras componentes do quadro enunciativo em que estão inseridas.

Desta primeira característica decorrem duas conseqüências muito importantes. A primeira característica é a da globalidade dos recursos sensoriais envolvidos nas interações discursivas espontâneas, ou, dito de outro modo, para falarem umas com as outras, nas suas interações espontâneas, as pessoas não mobilizam apenas uma parte, mas a totalidade dos seus recursos sensoriais. A segunda característica é o fato de o quadro enunciativo das interações discursivas espontâneas não estar constituído de antemão, uma vez por todas, mas depender de processos de negociação permanente dos interactantes. Assim, para tomarem a decisão de iniciar ou de terminar uma interação discursiva espontânea, os interactantes mobilizam dispositivos específicos de negociação que não só visam o estabelecimento, a manutenção e o aumento da relação entre os interactantes, mas também visam evitar a ocorrência de quaisquer incidentes que a possam prejudicar ou diminuir.

É importante ter em conta estas características das interações discursivas espontâneas para compreendermos o que distingue esta modalidade discursiva das outras modalidades. Começemos por abordar as modalidades institucionais de discurso.

6.2 As modalidades institucionais de interação verbal

Ao contrário do que acontece com as interações verbais espontâneas, nas interações verbais que ocorrem, por exemplo, em sessões de audiência nos tribunais, em

sessões parlamentares, em provas académicas, em serviços litúrgicos, os quadros enunciativos estão previamente fixados por disposições formais, mais ou menos explícitas, que regulam de antemão o início e o fecho da interação, as mudanças de vez, as temáticas e a ordem por que devem ser abordadas. Damos o nome de institucional a esta modalidade discursiva. Nesta modalidade, o próprio direito à palavra não é livre, mas condicionado, em função da diferenciação do lugar institucional de cada um dos interactantes envolvidos, o que dispensa evidentemente a mobilização de dispositivos de negociação por parte das pessoas envolvidas.

É claro que as modalidades institucionais não são todas da mesma natureza nem têm o mesmo grau de formalidade. É por isso que muitos autores distinguem as modalidades institucionais formais, as semiformais e as informais. Esta distinção tem a ver com a natureza, maior ou menor, da coação das normas a que os interactantes devem obedecer. São formais, por exemplo, as sessões de audiências nos tribunais, em que cada interactante só pode tomar a palavra quando o juiz presidente da sessão lha conceder, só pode falar das questões que respeitam ao processo em causa e só pode falar enquanto o presidente deixar. Podemos dar como exemplo de interações semiformais a entrevista de serviço social ou a consulta médica, em que, apesar do enquadramento institucional, não há propriamente um esquema rígido e formalizado que regule o desenrolar da interação. São exemplo de interações institucionais informais as conversas entre esposos acerca da educação dos filhos, acerca da gestão do orçamento familiar ou de outras opções decorrentes de alterações da situação familiar, em que, apesar da informalidade da interação, existe o quadro institucional familiar que diferencia os estatutos e as expectativas daquilo que cada um dos esposos espera daquilo que o outro pode ou não pode dizer, tendo em conta evidentemente a história conversacional⁴.

7. Conclusão

Pretendi apresentar neste texto as perspectivas fundamentais de estudo da interação verbal, chamando a atenção para a sua lógica, para os seus dispositivos e para algumas questões provocadas pelo seu funcionamento. Como o objetivo não foi dar conta de maneira exaustiva do estado da questão de todas estas perspectivas, dediquei desenvolvimentos desiguais aos diferentes aspetos evocados, sublinhando aqueles que me parecem ser os mais relevantes no estado atual do trabalho que lhes tenho dedicado nos últimos anos. As opções tomadas visaram, antes de mais, chamar a atenção para a natureza interdisciplinar deste domínio de estudo. Trata-se, por isso, de um domínio que exige

⁴ Acerca da história conversacional ver nomeadamente Galopentia-Eretescu, 1985.

da parte do investigador um conhecimento de várias áreas disciplinares, das quais destacaria a antropologia, a sociologia e a filosofia da linguagem, pelo fato de me parecerem as disciplinas heurísticamente fortes para a compreensão dos fenómenos empíricos da prática discursiva.

As escolhas feitas neste texto tiveram também o objetivo de sublinhar a natureza social da interação verbal, pondo, assim, em relevo a especificidade da sua lógica e o seu papel na constituição da sociabilidade. Pretendi, assim, contrariar as tendências para reduzir a linguagem ao código da língua, tendências que caracterizei como visões truncadas e autistas da linguagem.

Referências

- AUSTIN, John. 1962. *How to Do Things with Words*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1962. Tradução francesa: *Quand dire c'est faire*. Paris, Ed. du Seuil, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. 1977. L'Economie des échanges linguistiques. *Langue Française*, nº 34, p. 17-34.
- BROWN, G.; LEVINSON, S.C. 1987. *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction*. Cambridge, Cambridge University Press. Original: 1978.
- COLLINS, Randall. 2004. *Interaction Ritual Chains*. Princeton, Princeton University Press.
- DURKHEIM, Emile. 1991. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Le Livre de Poche. Paris, Librairie Générale d'Éditions. Original: 1912.
- ECO, Umberto. 1983. *Leitura do texto literário: lector in fabula*. Lisboa, Presença. Original: 1979.
- ECO, Umberto. 1992. *Os limites da interpretação*. Lisboa, Difel. Original: 1990.
- GALOPENTIA-ERETESCU, Sandra. 1985. *L'Histoire conversationnelle*. Urbino, Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, Università degli Studi di Urbino. (Documents de Travail, vol. 149).
- GOFFMAN, Erving. 1974. *Les rites d'interaction*. Paris, Ed. de Minuit. Original: 1967.
- GOFFMAN, Erving. 1987. *Façons de parler*. Paris, Ed. de Minuit. Original: *Forms of Talk*, 1981.
- GRICE, H. Paul. 2001. Logic and Conversation. In: A.P. MARTINICH, *The Philosophy of Language*. 4ª ed., Oxford, Oxford University Press, p. 164-175.
- LEVINSON, Stephen C. 1983. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEVI-STRAUSS, C. 1971. *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1989. *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Paris, Gallimard. Original: *Argonauts of the Western Pacific*, 1922.
- MARTINICH, A.P. 2001. *The Philosophy of Language*. 4ª ed., Oxford, Oxford University Press.
- MAUSS, Marcel. 2008. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70. Original: *Essai sur le Don, Année Sociologique*, seconde série, 1923-1924, tome I, com prefácio de Claude Lévi-Strauss, em *Sociologie et Anthropologie*, Quadrige, P.U.F., 1995.
- MEAD, George Herbert. 1992. *Mind, Self and Society*. Chicago, The Chicago University Press. Original: 1934.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. 2003. *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. 2ª ed., Lisboa, Colibri.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. 2007. Processos cognitivos e estratégias de comunicação. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 7:191-214, 2º semestre.
- SEARLE, John L. 1972. *Les actes de langage*. Paris, Hermann. Original: *Speech Acts*, Cambridge Univ. Press, 1969.
- SEARLE, John L. 1975. Indirect Speech Acts. In: COLE, MORGAN (ed.), *Syntax and Semantics*: vol. 3: *Speech Acts*. New York, Academic Press, p. 59-82.
- SEARLE, John L. 1976. The Classification of Illocutionary Acts. *Language and Society*, 5:1-24.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. 1986. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford, Blackwell. Trad. franc.: *Pertinence: communication et cognition*. Paris, Ed. de Minuit, 1989. Trad. port.: *Relevância: comunicação e cognição*. Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2001.